

CL2M Projetos em Educação S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2025

CL2M PROJETOS EM EDUCAÇÃO S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CL2M Projetos em Educação S.A, (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social, pela lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”) e pelas demais disposições legais aplicáveis.

A Companhia com sede na Rua Rui Barbosa, nº 156, 1º andar, sala 06, Bela Vista, na cidade São Paulo, Estado de São Paulo, sob o CEP 01326-010.

A CL2M Projetos em Educação S.A, tem por objeto ser uma plataforma de ensino e aprendizagem em redação para escolas que capacitam os alunos através da escrita, utilizando os recursos de indicadores de desempenho, time de corretores e material digital.

A Companhia é controlada pela Editora FTD S/A a qual atua tem como principal atividade a indústria e comércio decorrentes da edição, da impressão e distribuição de livros para os ensinos fundamental e médio e de livros de literatura e de apoio didático.

1.1 Operações societárias realizadas em 2025

Aumento de capital social

Em 2025 a Companhia deliberou o aumento do capital social no montante de R\$ 2.687.881,45 (dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos), decorrente da capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) efetuados pela controladora nos exercícios de 2024 e 2025. (consultar nota explicativa nº 12 b).

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos técnicos e as

orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração possui, na data de aprovação das demonstrações financeiras expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

2.3. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício de 2025, a Companhia adotou as alterações e os novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma ou interpretação	Descrição
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro
Alterações ao CPC 02 (R2)	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

Na data de autorização da emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis	Alterações nas normas CPC 37 (R1), CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 36 (R3) e CPC 03 (R2).	01/01/2026
Alterações ao CPC 48 e CPC 40	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026
Alterações ao CPC 48 e CPC 40	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais	01/01/2026
CPC 51	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir mediante a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Contudo, exceto pelo CPC 51, cujos impactos estão sendo avaliados pela Companhia, a Administração não espera impactos significativos sobre as referidas demonstrações financeiras, em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS APRESENTAÇÃO DAS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Sociedade nas demonstrações financeiras é o real (R\$), que representa o ambiente econômico no qual a Sociedade realiza suas operações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo que, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelo custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor justo ou de realização.

c) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é optante pelo lucro real, as contribuições são apuradas aplicando-se as alíquotas legais sobre o lucro tributável do período, considerando ajustes permanentes e temporários previstos na legislação, incluindo exclusão de dividendos e resultados de equivalência patrimonial.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 milhões ao ano para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto é registrado pelo regime de competência, refletindo a provisão para imposto corrente e diferido, quando aplicável.

d) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

e) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

f) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

A receita de serviços prestados é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência do exercício, com relação ao reconhecimento da receita pela comercialização dos serviços no curso normal das atividades da sociedade.

A receita é apresentada líquida de impostos, abatimento de impostos, geralmente o montante das receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A sociedade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios futuros fluam para a sociedade; (iii) os custos incorridos ou a serem incorridos a serem relacionados a transação podem ser mesurados com confiabilidade.

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	6.082	1.846
Recursos Livres (i)	<u>736.505</u>	<u>418.462</u>
	<u>742.587</u>	<u>420.308</u>

- (i) De acordo com a Política de Investimentos do Grupo Marista as disponibilidades da CL2M só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating AAA em uma agência de risco ou dois “ratings” AA, no longo prazo.

As aplicações em bancos controlados pelo governo federal, independente de seus “ratings” também são liberadas. São vetadas aplicações em participações acionárias,

“hedge funds”, multimercados e operações de swap cambial, fundos não lastreados em papéis de governo e bancos abaixo do rating.

A Fundação deve manter no máximo 40% de suas aplicações em uma mesma instituição financeira e todas as aplicações, exceto as de fundos específicos, terão disponibilidade imediata.

Em 31 de dezembro de 2025 a CL2M mantinha suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco, Banco Santander e Banco Itaú, sendo:

- a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio anual atrelado foi de 100,7% do CDI, (98,50% em 2024).

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2025	31/12/2024
Duplicatas a receber	103.121	67.262
	<u>103.121</u>	<u>67.262</u>

Em 2025, o Aging List do contas a receber é apresentado:

	31/12/2025	31/12/2024
a Vencer	-	1.644
Vencidos:		
Até 30 dias	17.406	46.896
De 31 a 90 dias	12.611	11.373
De 91 a 180 dias	68.985	3.688
181 a 360 dias	4.119	3.661
	<u>103.121</u>	<u>67.262</u>

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (i)	413.527	43.169
COFINS (ii)	53.834	52.059
PIS (ii)	10.997	11.269
Outros	-	2.193
	<u>478.358</u>	<u>108.690</u>

- (i) No exercício de 2025, o IRPJ e a CSLL foram apurados com base no regime do lucro real, contemplando-se as estimativas mensais e os balanços de suspensão e redução ao longo do período. Na apuração anual, foram efetuadas compensações de prejuízos fiscais e de bases negativas de CSLL, bem como dos valores pagos por estimativa durante o exercício, observados os limites legais aplicáveis. Após a consolidação dessas informações, apurou-se saldo negativo de IRPJ e CSLL.

O referido saldo credor será compensado no exercício subsequente, após a entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), em conformidade com a legislação vigente.

- (ii) Referem-se aos valores retidos na fonte sobre a prestação de serviços, conforme disposto nos artigos 30 a 35 da Lei nº 10.833/2003, que não foram utilizados no período.

7. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de fornecedores	190	50.298
Adiantamento de férias	3.101	2.788
Outros ativos circulantes	-	2
	<u>3.291</u>	<u>53.088</u>

8. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	<u>28.294</u>	<u>29.414</u>
	<u>28.294</u>	<u>29.414</u>

O Aging List é apresentado da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
a Vencer	27.510	29.414
Vencidos:		
Até 30 dias	<u>784</u>	-
	<u>28.294</u>	<u>29.414</u>

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS TRABALHISTAS

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de férias	143.441	128.146
IRRF a recolher	19.923	17.942
INSS	40.554	17.673
FGTS	9.271	10.491
	<u>213.189</u>	<u>174.252</u>

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2025	31/12/2024
Simplex Nacional (i)	89.113	123.068
ISS	4.181	5.117
PIS	1.225	3.218
COFINS	9.146	14.954
	<u>103.665</u>	<u>146.357</u>

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	49.714	58.452
Não Circulante	53.951	87.905
	<u>103.665</u>	<u>146.357</u>

- (i) O saldo do não circulante refere-se principalmente ao parcelamento do SIMPLES Nacional iniciado em julho de 2023, vencimento final em maio de 2028.

11. ANTECIPAÇÕES SERVIÇO- PARTE RELACIONADA

	31/12/2025	31/12/2024
Antecipações de serviços (i)	<u>500.000</u>	<u>500.000</u>
	<u>500.000</u>	<u>500.000</u>

- (i) Os valores registrados referem-se a adiantamentos efetuados pela controladora, cuja correspondente prestação de serviços será realizada em período subsequentes.

12. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de clientes	<u>873</u>	<u>14.073</u>
	<u>873</u>	<u>14.073</u>

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia encontrava-se totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 5.875.181,45 (cinco milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, cento e oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos), dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Para fins comparativos, em 31 de dezembro de 2024, o capital social era de R\$ 3.187.300,00.

Em 28 de julho de 2025, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE), na qual se deliberou o aumento do capital social, passando de R\$ 3.187.300,00 (três milhões, cento e oitenta e sete mil e trezentos reais) para R\$ 5.875.181,45 (cinco milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, cento e oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

b) Adiantamento para futuro aumento capital-
AFAC

Em 28 de julho de 2025, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE), na qual se deliberou o aumento do capital social da empresa no montante de R\$ 2.687.881,45 (dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos), decorrente da capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) efetuados pela controladora nos exercícios de 2024 e 2025.

c) Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava saldo de prejuízos acumulados no montante de R\$ 5.393.845,00, em comparação ao saldo de R\$ 5.811.080,00 registrado em 31 de dezembro de 2024.

14. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

As receitas operacionais da Sociedade são compostas pela prestação de serviços educacionais em plataforma eletrônica. Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços	5.188.672	2.478.786
Impostos sobre as vendas	(630.686)	(338.582)
Outras deduções	(976)	(17.552)
	<u>4.557.010</u>	<u>2.122.652</u>

15. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos operacionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Correção e análise de texto	(627.521)	(896.938)
Pessoal	(634.993)	(534.113)
Locação de equipamentos	(1.942)	(49.824)
Serviços de TI	-	(21.036)
	<u>(1.264.456)</u>	<u>(1.501.911)</u>

16. DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(2.043.689)	(2.086.569)
Serviços de terceiros	(357.813)	(420.794)
Promoção de vendas	(26.602)	(81.683)
Feiras e eventos	(127.834)	(16.228)
Despesas com aluguéis	(89.694)	(11.957)
Outras despesas	(278.842)	(226.688)
	<u>(2.924.474)</u>	<u>(2.843.919)</u>
Gerais e administrativas	(2.326.512)	(2.045.141)
Com vendas e comerciais	(596.868)	(802.125)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.094)	3.347
	<u>(2.924.474)</u>	<u>(2.843.919)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Receitas sobre aplicações financeiras	175.761	14.210
Juros ativos	246	2.891
Descontos obtidos	-	197
Pis e COFINS S/receitas financeiras	(8.185)	(843)
Outras receitas financeiras	11.861	831
	<u>179.683</u>	<u>17.286</u>
Despesas financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Juros pagos ou incorridos	(26.499)	(21.898)
Outras Despesas financeiras	(5.209)	(9.001)
	<u>(31.708)</u>	<u>(30.900)</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	516.055	(2.236.790)
(-) Compensação de prejuízos	<u>(154.817)</u>	<u>-</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	<u>98.821</u>	<u>-</u>

b) Imposto de renda e contribuição social a pagar

	2025	2024
Saldo Inicial	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	98.821	-
(-) Pagamentos	<u>(98.821)</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<u>-</u>	<u>-</u>

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício de 2025 decorre da aplicação das alíquotas vigentes sobre o lucro tributável ajustado, após compensação de prejuízos fiscais e bases negativas, observados os limites legais. No exercício de 2024, não houve despesa tributária em razão do prejuízo contábil apurado no período.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração avaliou eventos subsequentes até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras e não identificou quaisquer eventos que requeressem ajuste ou divulgação, conforme previsto no CPC 24.

20. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 26 de Março de 2025, os cotistas da sociedade aprovaram e autorizam a emissão e divulgação das demonstrações financeiras.

CL2M Projetos em Educação S.A.
CNPJ. 28.776.766/0001-81

Loecir Anderson de Andrade
Contador
CRCPR 054.023/07